

**ALEGORIA E NECROPOLÍTICA:
O CADÁVER COMO EMBLEMA NA CONTRARREFORMA DO
NEOLIBERALISMO**

**ALLEGORY AND NECROPOLITICS:
THE CORPSE AS AN EMBLEM IN THE COUNTER-REFORM OF
NEOLIBERALISM**

DOI 10.20873/ufft2179-3948.2022v13n2p40-51

Emerson Pereti¹

Resumo: A partir do conceito de alegoria em Walter Benjamin, são propostas, neste artigo, considerações sobre os vínculos entre o desaparecimento de corpos humanos pela ditadura cívico-militar brasileira e pelas políticas de morte empreendidas, durante a pandemia de Covid-19, por seus herdeiros, hoje no poder. O argumento parte da expressão alegórica do cadáver como emblema. Em ambos os contextos, tal expressão se encontraria na própria ausência desses cadáveres. Essa ausência impede o trabalho de luto coletivo. Analogamente, propicia um esquecimento passivo sobre o qual podem se instaurar, novamente, retrocessos antidemocráticos, como os que tomam forma agora, nesta outra fase do neoliberalismo.

Palavras-chave: alegoria; cadáveres; contrarreforma do neoliberalismo

Abstract: Based on Walter Benjamin's concept of allegory, this article proposes considerations about the links between the disappearance of human bodies by the Brazilian civil-military dictatorship and the death policies undertaken during the Covid-19 pandemic by its heirs, now in power. The argument starts from the allegorical expression of the corpse as emblem. In both contexts, such expression would be found in the very absence of these corpses. This absence prevents the work of collective mourning. Similarly, it provides a passive oblivion over which anti-democratic retrogressions, such as those that are taking shape now, in this other phase of neoliberalism, can be re-established.

Keywords: allegory; corpses; neoliberalism counter-reform

*En lo preciso de esta ausencia
En lo que raya esa palabra
En su divina presencia
Comandante, en su raya
Hay Cadáveres
Néstor Perlongher*

¹ Professor adjunto do Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC) na Instituição. E-mail: emerson.pereti@unila.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5781-625X>.

Origem do drama trágico alemão, de Walter Benjamin, continua a ser um dos textos fundamentais para o estudo da *Alegoria* no ocidente, principalmente se, como propunha o autor, puder ser empregado não apenas para estudar uma certa expressão artística do drama trágico alemão do século XVII, mas também como tese para a interpretação da história e da filosofia da arte. Nesse texto, publicado pela primeira vez em 1928, Benjamin estabelecia uma polêmica com os críticos, herdeiros da tradição romântica, que haviam optado pelo conhecimento resplandecente do símbolo à “decadência da linguagem” expressa pela alegoria. Para o autor, essa escolha, de certa forma assumida em toda a cultura ocidental pós-romântica, não se resumiria meramente a uma questão de juízo estético, porém, mais profundamente, a uma apreciação do valor do tempo e da história. Os românticos, afirmava Benjamin, ao optarem por esse imediatismo individual e pretensamente transcendental do símbolo, haviam estabelecido uma apoteose quase divina do indivíduo. A exaltação barroca, por sua vez, propunha, seria dialética, porque seu assunto não poderia se restringir apenas ao individual, mas tinha de incluir uma dimensão político-religiosa e, portanto, coletiva. Se o símbolo havia sido empregado pelos românticos como uma forma de fundir significante e significado por meio da “iluminação” particular e espontânea do poeta, para Benjamin, a alegoria (*allo*, outro, *agorein*, dizer) extrairia sua vida justamente do abismo intransponível entre os dois. Porém, nessa impossibilidade de fundir signo e referente residiria justamente sua capacidade dialética; “ela não tenta fazer desaparecer a falta de uma verdade definitiva para o conhecimento humano, mas se aprofunda ao cavar no lugar dessa falta, ao tirar daí imagens renovadas, pois nunca conclusas”. Enquanto o símbolo aponta para a eternidade da beleza, a alegoria ressalta a impossibilidade de um sentido absoluto e a necessidade de perseverar na temporalidade para constituir significações, ainda que transitórias. Mas perseverar na temporalidade, significava, para o autor, reconhecer também a decrepitude que se auto revela no tempo histórico: o acúmulo de mundos passados que se arrastam, na história humana, como vontade de reminiscência.

A história, com tudo aquilo que desde o início tem em si de extemporâneo, de sofrimento e de malogro, ganha expressão na imagem de um rosto – melhor, de uma caveira. E se é verdade que a esta falta toda a liberdade ‘simbólica’ da expressão, toda a harmonia clássica, tudo o que é humano – apesar disso, nessa figura extrema da dependência da natureza exprime-se de forma significativa, e sob a forma do enigma, não apenas a natureza da existência humana em geral, mas também a historicidade biográfica do indivíduo. Está aqui o cerne da contemplação de tipo alegórico, da exposição barroca e mundana da história como *via crucis* do mundo: significativa, ela o é apenas nas estações da sua decadência. Quanto maior a significação, maior a

sujeição à morte, porque é a morte que cava mais profundamente a tortuosa linha de demarcação entre a *phýsis* e a significação (BENJAMIN, 2013, p. 176-177).

Proponho aqui, brevemente, cavar nessa tortuosa linha de demarcação entre *phýsis* e significação, à qual se refere o autor, a fim de ligar duas temporalidades e dois contextos claramente marcados pela necropolítica. Esta, aqui interpretada, nas palavras de Achille Mbembe, (2018) como “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição de corpos humanos e populações”. Falo na relação, aparentemente inusitada, entre o desaparecimento de corpos humanos empreendido pelos agentes da ditadura cívico-militar no Brasil e as políticas da morte adotadas por seus herdeiros diretos, agora, durante a pandemia do Covid 19. Antes não posso falar de outra coisa a não ser da própria condição ruínosa dessa tentativa de escritura. Quando a história migra para o cenário da ação, dizia Benjamin, ela o faz sob a forma de escrita. O que significa gravar essa historicidade no rosto da natureza com caracteres da transitoriedade, ou seja, com a própria escritura, ela também uma ruína da voz e dos pensamentos condenada à decrepitude e à desolação. Assim registrada, a história não se revela como processo de uma vida eterna, sublime e inefável, mas antes como o progredir de um inevitável declínio. “A história, com tudo aquilo que desde o início tem em si de extemporâneo, de sofrimento e de malogro” não pode deixar de expressar, lembra o autor, essa ideia de decrepitude e morte cuja expressão maior é uma caveira humana. O objetivo da crítica filosófica – naquele momento especificamente circumspecta à análise do Barroco –, sugere Benjamin, é reconhecer os conteúdos históricos objetivos que estão na base de toda a obra de arte, e que sobrevivem ao longo da história humana como resquícios disformes de uma beleza antiga que pretensiosamente buscava alcançar a eternidade. Daí a vinculação do conceito de história à imagem alegórica das ruínas: “As alegorias são, no reino dos pensamentos, o que as ruínas são no reino das coisas”. A empena quebrada, as colunas em pedaços, lembra o autor, têm a função de testemunhar a sobrevivência da obra perante as mais elementares forças de destruição. “Sua reminiscência é a herança de uma Antiguidade que já não pode mais ser vista como uma totalidade, senão como um pitoresco monte de escombros” (p. 189).

Mas não apenas por essas marcas de transitoriedade se orienta a contemplação alegórica. Em meio à desolação das ruínas impera também o silêncio. Se o que vemos, voltando os olhos para o passado, é apenas esse monte de escombros, os apelos que poderiam ressoar em meio a eles já não chegam a nossos ouvidos. Contemplar as ruínas é também interrogar o silêncio, inquirir sobre aquilo que silenciou, o que significa também saber responder-lhe

silenciosamente. Porque esse silêncio, esse lamento *in absentia* encerra a contrição histórica do que foi e do que poderia ter sido, e esse pesar impede o objeto que significa alegoricamente de encontrar, em si mesmo, a concretização de seu sentido. Para Benjamin, essa falta é imanente, não apenas a esse contemplador alegórico, que trai o mundo levado pela sua vontade de saber, mas também ao objeto de sua contemplação. Na origem da alegorese ocidental, propõe o autor, está essa falta fundacional na doutrina da queda da criatura, que arrasta consigo a natureza em direção à morte. A esse remorso fundamental que acompanha, entre os vivos, a contemplação da implacável finitude, está a ideia de luto, e, como parte de sua condição, essa tendência para o mutismo que vai além de uma incapacidade ou relutância em comunicar: “O sujeito do luto sente-se plenamente conhecido pelo incognoscível”. Segue Benjamin: “Ser nomeado – mesmo quando quem nomeia é par dos deuses e santos – continuará provavelmente sempre a ser um pressentimento de luto. Pior ainda quando não é nomeado, mas apenas lido, lido inseguramente pelo alegorista e acedendo ao significado exclusivamente através dele” (BENJAMIN, 2013, p. 242).

A linguagem alegórica extrai, assim, sua proliferação do luto provocado pela impossibilidade de um referente último, ergo, de uma ausência. Ela nasce e renasce somente dessa fuga perpétua de sentido advinda não só da distância do tempo histórico que separa o significante de seu significado, mas também da consciência de perda de uma aura fundamental. Algo que, para o espírito alegorista exilado no presente, ecoa, como em um poema de Baudelaire, uma velha lembrança dos vencidos². Mas, como adverte Jeanne Marie Gagnebin, é justamente daí que a alegoria também extrai sua força dialética, tanto do luto pelo objeto perdido quanto do jogo que tal ausência acarreta para quem ousa, diante dessa impossibilidade fundamental, inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros no intuito de representá-la. *Luto e jogo*, a alegoria desvela assim a dialética imanente ao *Trauer-spiel* e, igualmente, a que rege nossa modernidade, dividida entre a nostalgia de certezas desaparecidas e a leveza trágica do herói nietzschiano (GAGNEBIN, 2019, p. 38). Por certo, na idade barroca até Baudelaire, mesmo o jogo está impregnado de melancolia, afirma Gagnebin, possuído pela perda de uma regra definitiva. No entanto, isso não impede, segundo a autora, que sua profusão nasça e se reconheça a partir dela:

² Assim, na floresta onde meu espírito se exila / Uma velha lembrança sopra sua trompa! / Eu penso nos marinheiros esquecidos numa ilha. / nos presos, nos vencidos... e em muitos outros ainda! (Fragmento do poema “O cisne”, de Charles Baudelaire) Tradução nossa.

É na historicidade e na caducidade das nossas palavras e das nossas imagens que a criação alegórica tem suas raízes. A alegoria nos revela, e nisto consiste sua verdade, que o sentido não nasce somente da vida, mas que “significação e morte amadurecem juntas. [...] Somente a morte põe um fim a este jogo arbitrário como indica, aliás, a proximidade do verbo *grübeln* com *graben*, “cavar” e Grab, “túmulo” (GAGNEBIN, 2009, p. 38-39)

A alegoria cava assim, de acordo com Gagnebin, um túmulo tríplice: o do sujeito clássico que podia ainda afirmar uma identidade coerente de si mesmo, e que agora hesita e se esfacela; o dos objetos que já perderam sua significação estável, e por isso se decompõem em fragmentos, e, enfim, o do próprio processo de significação, “pois o sentido surge da corrosão dos laços vivos e materiais entre as coisas, transformando os seres vivos em cadáveres ou em esqueletos, as coisas em escombros e os edifícios em ruínas” (p. 39). E é nesse desmembramento do orgânico, em seus próprios estilhaços e partes decompostas que se revela, segundo Benjamin, sua verdadeira significação, fixa e escritural, “a alegorização da *phýsis* consumada em toda a sua energia” (BENJAMIN, 2013, p. 234). Como sugere Idelber Avelar em *Alegorias da derrota* (2003), dessa ideia é que surge o cadáver como emblema: suspensão da dialética clássica hegeliana, resistência a uma síntese nítida e reconfortante. Sem essa condensação de energia alegórica em um cadáver transformado em emblema, segue Avelar, grande parte do teatro do século XVII, objeto do estudo de Benjamin, seriam inimagináveis: “O luto é a mãe da alegoria. Daí o vínculo, não simplesmente acidental, e sim constitutivo, entre o alegórico e as ruínas e destroços: a alegoria vive sempre em tempo póstumo” (AVELAR, 2003, p. 17).

Para Benjamin, quanto mais a natureza e a Antiguidade eram sentidas como culpadas, quanto mais responsáveis por essas pilhas e pilhas de cadáveres e de mundos devastados, tanto mais obrigatória se tornava a sua interpretação alegórica. Apesar de toda a impossibilidade que tal ação encerra, essa busca por um significado seria, para o autor, a sua única reparação possível. Desse impulso em direção ao objeto perdido, na incessante busca por dar-lhe significado, operará, conseqüentemente, um conjunto de forças capazes de empurrar a perda passada em direção ao *presente* e à *presença* futura. Daí a relação entre os verbos *lembrar* e *escavar*. Benjamin afirmará mais tarde que as verdadeiras lembranças não deviam tanto explicar o passado (que se busca) quanto descrever o exato local no qual, ao escavar, nos deparamos com ele. (BENJAMIN, 2012, p. 246).

O que poderíamos dizer, agora, sobre o momento exato no qual escavamos as camadas da memória à procura das lembranças sobre a ditadura cívico-militar brasileira? No senso

comum, sempre subestimamos as mortes, desaparecimentos, apropriações e outros crimes cometidos pelo regime. O relatório da Comissão da Verdade no Brasil, de 2014, identifica 210 nomes de pessoas desaparecidas. É claro que o trabalho dessas comissões é de um valor inestimável, e, dadas as condições nas quais foram instauradas, a ter de lidar, por exemplo, com caducas leis de anistia, como no Brasil, seu resultado está muito além do satisfatório. No entanto, estas listas nos fazem lembrar também daqueles “sem nome”, os N.N, as vidas nuas de populações historicamente marginalizadas no processo de conformação nacional, como indígenas, quilombolas, camponeses e proletários sem proteção ou representação política. As inúmeras violações dos direitos humanos e as milhares de mortes estimadas entre essas populações no Brasil, sob a ditadura, carentes de provas documentais, vozes denunciantes ou vontade e força política de investigação no campo do Direito, figuram ainda apenas no campo das suposições, ou, poderíamos dizer, em permanente estado de latência. No Brasil, o Relatório da Comissão da Verdade chega a fazer uma estimativa de 8.350 vidas tiradas pela ditadura entre as populações indígenas, destacando que se tratava de um levantamento parcial, que não conseguiu levar em consideração todos os povos afetados.³ Essas outras existências latentes conservam-se por muito tempo como o testemunho silencioso dos reincidentes atropelos autoritários que ligam, como uma corrente de ferro, nossa história colonial à implantação da terceira fase do capital por meio do neoliberalismo triunfante.

Procurar pelos cadáveres sobre os quais se arrastou essa história é deparar-se com um vazio representacional no qual reverberam os ecos de nosso próprio esvaziamento. É encontrar corpos sem túmulo, túmulos sem corpos. No caso da memória ditatorial, este vazio encontra novamente sua expressão alegórica no corpo do desaparecido político, ou melhor, em sua própria ausência. A figura do desaparecido, lembra Márcio Seligmann-Silva (2003), torna as manifestações políticas da memória ditatorial extremamente difíceis. Essa prática destrói qualquer possibilidade de luto ligada a um determinado espaço. “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo”, afirma, em tom repreensivo o rabino ao desolado K, protagonista do romance homônimo de Bernardo Kucinski (2014, p. 78). A falta de uma lápide equivale, para o pai, a ideia de que sua filha não existiu. Mas ele reluta “ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se” e, poderíamos agregar, foi simplesmente desaparecida. Por um lado,

³ Disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

sem um túmulo para zelar por seus mortos, parte da coletividade se obriga a postergar indefinidamente seu trabalho de luto; a outra, por sua vez, seja pelo cinismo herdado dos vencedores, seja pela ignorância, é conduzida ao esquecimento passivo e ao recalque. E o recalçado, como nos lembra a psicanálise, sempre volta como espectro. O sistema mercadológico-midiático implantado pelos regimes ditatoriais é o próprio mecanismo que mantém acobertados todos seus crimes. Assim como tenta forçar a mercadoria, como sucedâneo compensatório para as milhares de mortes sobre as quais instaurou suas bases, também dificulta com que o passado se mantenha ativo no presente, o que impede a possibilidade de aprendermos com ele.

Walter Benjamin propôs, ao longo de sua obra, a ideia de *imagem dialética*. Tal imagem, possível apenas no preciso instante marcado por um perigo iminente, seria capaz de suspender, de confundir, de problematizar e, finalmente, de ressignificar o presente histórico, trazendo consigo uma constelação de possíveis interpretações. “Uma imagem da imobilidade que exprime entre o já ocorrido e o agora uma correspondência histórica única” (BENJAMIN, 2006, [N 2a, 3], p. 505). *Este, especialmente, é um momento de perigo, no qual a contrarreforma do neoliberalismo, pelo menos na América do Sul, expressa seu lado mais fulgente. Assustados, muitos de nós nos movemos agora Tateando, não as sombras, mas as luzes intensas, com os olhos semicerrados em meio ao lusco-fusco de anúncios de mercadoria, do verde-amarelo ardente dos torcedores que clamam pela volta da ditadura, das telas de celulares, ou dos ferozes holofotes das viaturas do necropoder ultra capitalista, completamente aturdidos pelos disparos de armas de fogo e de notícias falsas. Como um Pasolini, visitado por Didi-Huberman, em meio a esse ambiente ofuscante, não sabemos mais se existem vagalumes, eles são “uma lembrança um tanto pungente do passado” (PASOLINI apud DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 27-28).*

Na temporalidade instaurada pelas ditaduras caminhamos, perdidos nos labirintos de produtos dos *hiper mega big max super* mercados ou nos cárceres piranesianos dos ubíquos shopping centers. Roberto Bolaño, em *Nocturno de Chile* (2000) utilizou a igreja, protegida da imundície das pombas pela voracidade dos falcões adestrados, como alegoria da caçada humana empreendida pela ditadura chilena. Diamela Eltit, em *Mano de obra* (2004), expôs o supermercado como espaço alegórico, insalubre e totalmente vigiado, da implantação do regime autoritário da mercadoria e, mais tarde, em *Impuesto a la carne* (2010), recriou o espaço do hospital como ruína da nação ditatorial-neoliberal. Martín Kohan, em *Dos veces junio* (2002), descreveu o estádio de futebol como um cemitério nacional, silencioso, de onde saía um cortejo fúnebre de inocentes, consternados pela derrota da Argentina no mundial de 1978, deslembados

de todos os crimes que estavam acontecendo. Mais ou menos uma imagem-devir dos torcedores brasileiros que tomaram as ruas do Brasil a remoer a derrota de 7 a 1 no mundial de 2014 por meio da celebração do golfe de 2016. Assim como essas expressões heterotópicas de recordação da catástrofe ditatorial, há tantas outras ruínas.

Ao buscar entre os destroços dos mundos destruídos pelas ditaduras, sob os quais foram construídos tantos hipermercados, igrejas e shopping-centers; vamos cavando centenas de covas em um cemitério: rasas, terrosas, uniformes, dispostas paralelamente até perder a vista. Como nas imagens do cemitério da Vila Formosa, na zona leste de São Paulo, o maior da América Latina, registradas no projeto Necropoli[s]tics, do fotógrafo Leonardo Finotti, quando completávamos um ano de pandemia e chegávamos à cifra dos 300 mil mortos. Vistas de cima, elas parecem um campo arado, uma antiga escrita cuneiforme, um código de barras de algum produto em um supermercado. Mas a mesma uniformidade também condiz aos corpos que as habitariam, em sua imensa maioria pobres, negros, moradores e moradoras da periferia, trabalhadores e trabalhadoras expropriados já em vida pelas políticas da ultra acumulação neste novo estágio do neoliberalismo. Para eles, esta também é a conta menor que foi tirada em vida, a parte que lhes coube neste imenso latifúndio.

No momento em que são escritas estas palavras, o Brasil já ultrapassa à abominável cifra de 650 mil mortos em decorrência do Coronavírus SARS-CoV-2, isso pouco menos de dois anos depois dos primeiros indícios descobertos em amostras obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Esse vírus do Capitaloceno, o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos, chegou ao Brasil em um momento político particular, que temos, há algum tempo, chamado de contrarreforma do neoliberalismo, é dizer: a revisão forçada, mediante conluio parlamentar, econômico e midiático, dos projetos reformistas do início dos anos 2000, muitas vezes obtida por meio de golpes institucionais, como no Paraguai em 2012, ou no Brasil, em 2016 e na Bolívia em 2019. Esse movimento, que Wendy Brown (2019) caracterizou como “ascensão da política antidemocrática” no norte global, obviamente também marca, aqui no sul, nossas políticas da memória e do esquecimento em relação à experiência ditatorial, responsável esta que foi pela instauração da fase neoliberal do capitalismo nesta parte de mundo. O esquecimento passivo sobre a experiência ditatorial no Brasil foi, por certo, também uma das razões pelas quais se viram, após o golpe institucional de 2016, finalmente livres e soltas, as históricas expressões do fascismo brasileiro, uma espécie de revanche do verde-amarelismo do começo do século XX, agora na pele de livre cristão empreendedor.

Sentindo-se forte suficientemente para tomar o poder, a classe patronal ultramontana passou a sequestrar trabalhadores e trabalhadoras por meio de ameaças, promessas vagas e produção de mentiras em escala industrial. Sabemos o resultado: reforma trabalhista, previdenciária, divisão do bem público para o mercado, explosão da fome e da miséria. Mas chegou a pandemia e grande parte das nações capitalistas se pôs em defensiva, o que envolvia obviamente os esforços de recomposição de um Estado cada vez mais precarizado pelas políticas neoliberais. No Brasil, no entanto, o poder político agora vigente, preocupado em conservar o rendimento dos patrões, empurrou as vidas nuas ao terror atmosférico. Para isso se munuiu novamente de seu arsenal de mentiras. Se para ganhar a eleição bastava conversar com o imaginário religioso-conservador brasileiro por meio de um conjunto de fake news, como o famoso kit gay e seus manuais de como se tornar um bicha ou suas mamadeiras de piroca, para tratar dessa “gripezinha” bastava usar a recomendação de seu kit-covid. Isso incluía medicamentos que nunca tiveram eficácia comprovada, como a hidroxicloroquina, a ivermectina e até supositórios de ozônio. Assim se podia atirar o sujeito à roleta russa do contágio. Se morreu, foi porque não fez uso precocemente. Se fez uso e morreu, é sempre possível encontrar alguém que altere o atestado de óbito. Se saiu vivo da loteria do vírus é porque o dito tratamento realmente funciona. A ideia, que se desvelou por meio das investigações da recente Comissão Parlamentar de Inquérito, era criar, entre os trabalhadores e trabalhadoras, a dita imunidade de rebanho, não importando a quantidade de mortes que seriam disseminadas. Um feito que poderia muito bem estar na lista de paradoxos da biopolítica que Roberto Esposito enumerou na introdução de seu estudo sobre Biopolítica e Filosofia (2017). Ou seja, promover sistematicamente a morte de alguns para preservar a vida, ou, melhor dizendo, o estilo de vida de outros.

Dadas as medidas sanitárias, pessoas foram enterradas às pressas, muitas vezes, inclusive, em locais desconhecidos por seus parentes. Estes não puderam fazer os ritos fúnebres, se despedir do corpo, olhar mais uma vez para o ser amado, tocar sua pele fria para ter a certeza de que realmente não há mais ninguém aí, ou até mesmo saber o local para o qual direcionar suas preces futuras. Esses cadáveres que habitariam as valas comuns do cemitério de Vila Formosa, no cemitério Nossa Senhora Aparecida, em Manaus, ou em tantos outros espalhados pelo Brasil, são o vazio que nos olha, voltando a conversar com Didi-Huberman, um espaço quase inalcançável de representação que expressa, como dizia Estela de Carloto, presidenta das Mães-avós da Plaza de Mayo, a presença latente de desaparecidos vivos.

Escavando para alcançar a legibilidade desses corpos, nos aprofundamos ainda mais no passado e, entre tantos assombros, descobrimos um caminho linear, feito de valas comuns, que unem, como traços feitos para contar os dias em uma cadeia, a história colonial brasileira. Uma escrita feita de corpos desaparecidos, de indígenas, de negros escravizados, de camponeses, de operários, de mulheres, de homossexuais, de transexuais, de sem-terras, de sem-tetos e favelados. Como a “síndrome de Vichy” à qual se refere Paul Ricoeur para se referir ao esquecimento sobre a colaboração nazista na França,⁴ o esquecimento desses cadáveres se erige o discurso ufanista que se celebra hoje nas manifestações verde-amarelas do cada vez mais triste sete de setembro. Para Benjamin, o índice histórico das imagens diz não apenas que elas pertencem a determinada época, mas sobretudo que elas se tornam legíveis numa determinada época. Atingir essa “legibilidade” constitui, para o autor, um determinado ponto crítico específico do movimento em seu interior. Com que olhos lemos hoje aquele discurso abominável em homenagem a torturadores e desaparecedores de pessoas na sessão esperpêntica da câmara dos deputados em abril de 2016? Com que olhos lemos hoje? Benjamin afirma que todo o presente é determinado por aquelas imagens que lhe são sincrônicas, daí advém sua ideia ulterior de imagem dialética: “cada agora é o agora de uma determinada cognoscibilidade. Nele, a verdade está carregada de tempo até o ponto de explodir”, e essa explosão coincide com o nascimento do tempo histórico autêntico. É uma imagem que faz suspender, que confunde, que problematiza o real, que ressignifica o histórico e traz consigo uma constelação de possíveis interpretações. Ela exprime entre o já ocorrido e o agora uma correspondência histórica que não tem como objetivo descrever o passado, mas *traduzi-lo* com o aparato contemporâneo. A imagem de sonho agarrada no momento do despertar é a imagem no Agora de sua cognoscibilidade, e traz em si “no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, que está no fundo de toda leitura.” (BENJAMIN, 2006, [N 3, 1], p. 504-505).

A literatura futura, olhando de fora dessa prisão, talvez tenha mais condições de descrever, transformar o signo em símbolo, instaurar alguma experiência sobre isso. Preso aqui, neste fatídico momento, passa novamente por meu coração uma notícia que li em algum jornal *on line* no distante ano de 2009, em um tempo no qual éramos tão inocentes, incapazes de imaginar o que estaria por vir. Recorri a esse episódio em outro estudo, também em um tempo

⁴ “[...] conceito lembrança encombradora, que permite ao grande libertador dizer que ‘Vichy sempre foi, e ainda é, nulo e inexistente’. Logo, Vichy será posto entre parênteses, ocultando-se assim a especificidade da ocupação nazista. O retorno das vítimas do universo concentracionário torna-se assim o acontecimento mais rapidamente recalçado. As comemorações ratificam a lembrança incompleta e seu fundo de esquecimento” (RICOEUR, 2007, p. 457-458).

de perigo, sem saber que se tratava de uma espécie de imagem dialética de um futuro ruinoso. Na época da notícia, alguém estava entrando com um processo junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar contra um deputado um certo deputado – foi a primeira vez que li sobre aquele nome. O Parlamentar, uma figura até então meramente caricata da política brasileira, ostentava, em seu escritório em Brasília, um cartaz no qual aparecia a frase: “Desaparecidos do Araguaia, quem procura...” seguida da imagem de um cão que segurava, feliz, um osso na boca. Uma rápida pesquisa na web e, lá está, era na *Folha de São Paulo*, no dia 10 de maio de 2009, ainda guardada na nuvem digital. À passada indignação com tal ofensa à memória dos mortos pela ditadura se somaram, nesses últimos tempos, outras tantas, já quase nem mais é possível contá-las nos dedos da memória. Hoje essa imagem parece dizer muito mais sobre nosso presente imediato do que de seu próprio tempo. Uma imagem dialética que arrasta seu próprio devir; a imagem refletida que vemos quando agora nos miramos no espelho. “Nem os mortos estarão a salvo se o inimigo vencer”, aprendemos a repetir esta frase, a cada derrota, como um mantra; em 1964, em 2016, em 2018, nos anos desoladores que se seguiram desde então. Nesse novo contexto, as vidas destruídas pela necropolítica da década de 60, 70 e 80, e sua nova roupagem verde-amarela do início da segunda década dos anos 2000, cobram de nós uma resposta. Por isso cavamos ainda à procura de seus restos, construindo covas para nossos mortos, como gesto de justiça, enquanto os vencedores, herdeiros diretos da atrocidade, nos chamam de cachorros à procura de ossos.

Referências bibliográficas

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouveia. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIM, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Ed. e trad. João Barrento. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Ed. alemã de Rolf Tiedemann. Org. da edição brasileira Willi Bolle. Colab. na organização da edição brasileira de Olgária Chain Feres Matos. Trad. do alemão de Irene Aron. Trad. do francês de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório / Comissão Nacional da Verdade; v. 1 – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_I.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório / Comissão Nacional da Verdade; v. 2 – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Volume_I_Tomo_II.pdf>.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Trad. de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

COM 300 MIL MORTOS por Covid no país, fotos mostram expansão veloz de cemitério. *Folha de São Paulo*, Ilustrada. 24 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/03/com-300-mil-mortos-por-covid-no-pais-fotos-mostram-expansao-veloz-de-cemiterio.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. Paulo Neves. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

ESPOSITO, Roberto. *Bios: Biopolítica e Filosofia*. Trad. Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PERETI, Emerson. As ruínas e o condor: breves escritos sobre alegoria, memória e ausência. *Tese de doutorado*. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40488>>. Acesso em 20 de mar. 2022.

PERETI, Emerson. A ausência, a ofensa e os exercícios da memória. In: WEINHARDT, Marilene (org.) *Passados insubmissos: a ficção histórica como potência*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2022.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Recebido em 31 de maio de 2022

Aceito em 26 de julho de 2022